

Claire Sibille

Conservadora da Direction des Archives de France.
Département de l'Innovation Technologique et de la Normalisation.

A Descrição Arquivística na França, Entre Normas e Práticas



O contexto de elaboração das descrições arquivísticas na França. A rede de arquivos públicos e o controle das descrições. As práticas descritivas anteriores às normas internacionais. A informatização dos arquivos públicos. A aplicação de normas e exemplos de realizações. A descrição arquivística normalizada com o uso da ISAD(G) e do EAD. A descrição contextual normalizada com a ISAAR(CPF) e o EAC. As normas e formatos de codificação e a aproximação com outras áreas. O impacto das ferramentas normativas sobre as práticas profissionais.

Palavras-chave: descrição em arquivos; normas em arquivos; ISAD(G); ISAAR(CPF); EAC; EAD.

The environment of archival description production in France. The network of public archives and the intellectual control of descriptions. The descriptive practices before the international standards. The informatization of the archives public services. The application of standards and real life examples. Archival description standardized through the use of ISAD(G) and EAD. Context description standardized through the use of ISAAR(CPF) and EAC. The standards and codification formats and the closer relationship with other areas. The impact of the standards as tools on the professional practices.

Keywords: archival description; standards in archives; ISAD(G); ISAAR(CPF); EAC; EAD.

A elaboração de instrumentos de pesquisa sempre constituiu na França uma das missões essenciais dos arquivistas. A irrupção da informática e sua utilização crescente na descrição arquivística conduziram os ar-

quivos franceses, progressivamente, assim como em outros países, a uma harmonização de diferentes práticas. O público deseja, com efeito, poder dispor de instrumentos de pesquisa mais homogêneos e melhor estruturados e obter,

para uma única pesquisa, respostas que indiquem as fontes localizadas nas várias instituições, sem ter que navegar de um sítio a outro na web. Ora, a diversidade de formatos e de sistemas documentários pode constituir um obstáculo à interoperabilidade dos dados.

No quadro do controle científico e técnico que exerce sobre os arquivos públicos, a Direção dos Arquivos da França¹ estimula a aplicação das normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), bem como o desenvolvimento de sistemas de informação utilizando os formatos de intercâmbio como o XML (linguagem de marcação estendida),² os DTD (definições de tipos de documentos),³ EAD (Descrição Arquivística Codificada)⁴ e EAC (Contexto Arquivístico Codificado).⁵ De um modo mais amplo, tem sido incorporada uma reflexão sobre os modos de publicação eletrônica dos instrumentos de pesquisa arquivísticos. Uma recente instrução dos Arquivos da França⁶ encoraja as instituições a publicar os instrumentos de pesquisa produzidos sob forma eletrônica, e, também, aqueles produzidos anteriormente, na medida em que eles sejam já consultáveis no local pelo público e desde que suficientemente explícitos e úteis aos pesquisadores. Além dos problemas de estruturação de dados, esse texto fornece recomendações para a difusão on-line de inventários de arquivos, a fim de torná-los mais facilmente compreensíveis para o grande público.

Após uma recapitulação do contexto geral no qual os arquivos franceses elaboram seus instrumentos de pesquisa, este

artigo tentará fazer um balanço da aplicação de normas de descrição arquivística por meio de alguns exemplos de projetos recentes, antes de evocar o impacto das ferramentas normativas sobre as práticas profissionais.

O CONTEXTO GERAL DE ELABORAÇÃO DAS DESCRIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Os arquivistas franceses redigem seus instrumentos de pesquisa num contexto bem particular. Malgrado as leis de descentralização, o Estado continua a exercer um controle científico e técnico sobre o tratamento e o arranjo dos arquivos nos arquivos territoriais. Por outro lado, existe uma tradição arquivística francesa anterior à elaboração das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) que apresenta algumas especificidades em relação à reflexão realizada no plano internacional neste domínio. Enfim, muitos arquivos se informatizaram antes da ISAD(G) e do EAD e as descrições realizadas com essas ferramentas nem sempre se integraram de maneira satisfatória à descrição em vários níveis.

A rede de arquivos públicos e o controle das descrições arquivísticas

A organização dos serviços públicos de arquivo é o reflexo fiel do cenário administrativo francês. As instituições estão ligadas a dois tipos de pessoas jurídicas de direito público: o Estado e as coletividades territoriais. Duas grandes categorias de instituições arquivísticas correspondem a esses dois níveis: as ins-

tituições sob jurisdição nacional dos Arquivos Nacionais, que gerem os arquivos dos organismos centrais de Estado, e as instituições arquivísticas territoriais, vinculadas às regiões, aos departamentos e às comunas. O Estado, por intermédio da Direção dos Arquivos da França, deve garantir a coerência e a qualidade científica do tratamento dos papéis públicos no território. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e o da Defesa têm, por sua vez, sua própria organização autônoma, não sendo, portanto, da competência da Direção dos Arquivos da França. Paralelamente à rede de arquivos públicos, as organizações privadas (empresas, sindicatos etc.) têm serviços especializados encarregados de gerir seus arquivos.

A Direção dos Arquivos da França está ligada, desde 1959, ao Ministério da Cultura. Ela tem um papel essencial de impulsão e de controle em matéria de arquivos públicos. Sua ação, no domínio da normalização da descrição arquivística, reveste-se de várias formas.

A Direção dos Arquivos da França elabora textos reguladores (circulares sobre o DTD, EAD e XML, em 2002, e a descrição arquivística normalizada e a publicação eletrônica dos instrumentos de pesquisa, em 2005) e manuais (sobre a elaboração de instrumentos de pesquisa, em 1999,⁷ e a codificação em XML/EAD, em 2005).

Ela exerce um “visto”, quer dizer, um controle sobre os instrumentos de pesquisa, em papel ou eletrônicos, destinados a serem difundidos ao público, a fim de assegurar “o respeito à unidade dos

fundos e de sua estrutura orgânica, à qualidade científica e técnica de instrumentos de pesquisa, à compatibilidade de sistemas de tratamento”.

Pode, igualmente, ser levada a coordenar projetos envolvendo várias instituições patrimoniais, como o portal *Archives Canada-France*, que dá acesso aos recursos documentais relativos à história da Nova França, conservados em instituições patrimoniais francesas e canadenses⁸ ou, mais recentemente, um guia impresso, levantando as fontes relativas à história da escravidão, conservadas na França metropolitana e nos departamentos de ultramar.⁹

Ela assegura também uma supervisão normativa e tecnológica, participando de comissões e de grupos de trabalho internacionais ou nacionais.

A Direção dos Arquivos da França coordena, enfim, numerosos cursos de formação tanto para os futuros arquivistas (no Institut National du Patrimoine, nas universidades), como para os profissionais já em exercício.

As práticas descritivas anteriores às normas internacionais

A norma ISAD(G) encontrou eco favorável na França, porque ia ao encontro da preocupação dos arquivistas franceses de dispor de uma única norma de descrição para todos os arquivos, permitindo-lhes elaborar instrumentos de pesquisa tradicionais como bases de dados. De qualquer forma, a organização centralizada de serviços de arquivo, estabelecida por ocasião da Revolução Francesa, teve,

por conseqüência, o desenvolvimento, desde meados do século XIX, de circulares ministeriais muito precisas, aplicáveis a todos os serviços públicos, e que podem ser consideradas normas.

Esses diferentes textos definiram, entre outras questões, uma tipologia hierarquizada de instrumentos de pesquisa, desde a instrução ministerial de 20 de janeiro de 1854, para inventário dos arquivos departamentais, até a circular de 5 de setembro de 1994, sobre o tratamento de arquivos contemporâneos. Essa tipologia de instrumentos de pesquisa tem uma grande semelhança com a noção de níveis de descrição, cuja pertinência foi lembrada pela norma geral e internacional de descrição arquivística ISAD(G), e que é encontrada na maior parte dos outros países. Assim, os instrumentos de pesquisa sintéticos (guia de fundos, guias sumários, guias de transferências, guias de fontes ou de pesquisa), fornecem uma descrição individualizada para cada fundo ou seção¹⁰ ou até para cada uma das séries orgânicas, ao mesmo tempo em que os instrumentos de pesquisa analíticos (repertórios, inventários, catálogos) fornecem uma descrição individualizada até o nível do item¹¹ ou do dossiê.

Mas a verdadeira originalidade da prática francesa consiste no cuidado de elaborar, para cada unidade documental, uma "análise"¹² que compreende informações sobre o objeto dos documentos, a ação exercida sobre o objeto, a tipologia documental, eventualmente o próprio agente da ação, se ele for diferente do produtor.¹³ Ora, a norma ISAD(G) não reteve a noção de aná-

lise; ela reserva, em troca, um lugar ao título,¹⁴ termo sempre presente na arquivologia anglo-saxônica e norte-americana, remetendo às técnicas biblioteconômicas. Para os níveis de descrição mais elevados (fundo, seção, séries),¹⁵ o título bastará para identificar a unidade de descrição considerada. Assim, por um fundo ou uma seção, tratar-se-á geralmente do nome do produtor, eventualmente precedido da menção fundo ou seção.¹⁶ No nível da série, o título corresponderá ao domínio da intervenção. Para a subsérie, este será mais freqüentemente a tipologia documental característica. Tratando-se dos níveis de descrição mais específicos (dossiê, item), o título somente poderá ser conservado para as unidades documentais que possuam um título original, explícito e significativo, que poderá ser retranscrito (certos registros, mapas e plantas etc.). Mas, a maior parte do tempo, o título é lacônico. É necessário, então, redigir uma verdadeira "análise". Em resumo, a diferença entre a análise arquivística "à francesa" e o título, tal como definido na norma ISAD(G), é que importa menos a sua natureza que o grau de precisão. A análise arquivística está em função do interesse da unidade documental a descrever, das possibilidades arquivísticas e da demanda dos usuários.

As diferentes possibilidades de interpretação do elemento "âmbito e conteúdo"¹⁷ da ISAD(G) constituem uma outra dificuldade de aplicação da norma na França. O título, tal como definido na ISAD(G), serve para denominar a unidade de descrição, o âmbito e conteúdo comportan-

do informações qualitativas complementares sobre o conteúdo da unidade de descrição. O elemento “âmbito e conteúdo” é particularmente adaptado aos níveis superiores da descrição, geralmente representados por simples títulos pouco explícitos sobre a composição da unidade descrita. Nos níveis inferiores, sua interpretação é mais delicada, tanto mais que, até uma data recente, certos softwares utilizados nas instituições arquivísticas francesas somente compreendiam um único campo “análise-título” destinado a conter a análise arquivística por inteiro. O âmbito e conteúdo pode permitir, em nível de dossiê ou de item, direcionar a atenção para as informações particularmente marcantes, tratando-se, neste caso, do “a destacar”¹⁸ dos instrumentos de pesquisa analíticos tradicionais. Todavia, com o aparecimento de ferramentas eletrônicas para colocar em prática a ISAD(G) e para evitar, nos sumários, os títulos muito longos, dificilmente legíveis quando exibidos na tela de resultados de uma pesquisa, as “análises” arquivísticas são mais e mais frequentemente repartidas entre o título (objeto dos documentos, ação exercida sobre o objeto) e o âmbito e conteúdo (tipologia documental).

Uma outra especificidade francesa está ligada à terminologia utilizada para designar os níveis de descrição num fundo. A tradição arquivística francesa distingue geralmente o fundo, a unidade de arquivamento – que constitui ao mesmo tempo uma unidade (intelectual) de descrição, uma unidade (material) para a notação, o

arranjo e o acesso aos documentos –, e o item. A estes três níveis de descrição é necessário acrescentar o que a norma ISAD(G) designa sob o termo “série orgânica”. Além disso, o termo “série” corresponde, para a arquivística francesa, a conceitos muito diferentes. Com efeito, os arquivos nacionais, departamentais, comunais e hospitalares têm, desde mais ou menos um século e meio, quadros de arranjo regulamentares distintos, fundamentados nas grandes competências da administração, reunidas de acordo com os grandes cortes cronológicos da história da França (1789, 1800, 1940). Nos arquivos públicos, os fundos são, então, repartidos entre as grandes divisões e subdivisões metódicas de um de quadro de arranjo, chamadas “séries” ou “subséries”, que servem para notação dos documentos. As séries e subséries de um quadro de arranjo que podem corresponder seja a um fundo, a uma parte de fundo ou a um reagrupamento de fundos, seja ainda a um corte cronológico, não devem ser confundidas com as séries e subséries orgânicas, definidas pela ISAD(G) como as subdivisões orgânicas de um fundo.

Enfim, se a utilidade do índice para os arquivos nacionais, departamentais e comunais é afirmada a partir do século XIX, nenhuma tentativa de normalização do vocabulário foi esboçada na França antes de 1963, ano no qual o tema índices alfabéticos de fundos e de seus inventários foi assumido por uma sessão de trabalho do XI Congresso Nacional de Arquivistas. Nos anos de 1980, a introdução da informática obrigou a incorporar um cuidado muito maior

com a escolha dos nomes empregados e a se referenciar em tesouros e dicionários. É assim que, nos arquivos territoriais, a indexação de instrumentos de pesquisa e de relações de transferência de arquivos contemporâneos baseia-se em um mesmo tesouro, elaborado e difundido pela Direção dos Arquivos da França: o *Thesaurus W* (a letra sendo reservada para codificação das transferências contemporâneas),¹⁹ que propõe uma quádrupla indexação: “assuntos”, “ação”, “tipologia documental” e “contexto histórico”. Um sistema análogo, porém mais adaptado à natureza das transferências de administrações centrais, está em vigor nos Arquivos Nacionais (em Fontainebleau). Mas a aproximação dos dois tesouros não foi alcançada. Por outro lado, nenhuma unificação de vocabulário foi realizada pelos Arquivos da França para os arquivos antigos e modernos, nacionais e territoriais. Muito recentemente, entretanto, duas novas aplicações da Direção dos Arquivos da França (BORA ou *Base d’Orientation et de Recherche dans les Archives*)²⁰ e dos Arquivos Nacionais (base de imagens digitalizadas *Archim*)²¹ previram utilizar, tanto uma como outra, para uma indexação muito geral, uma lista comum, em torno de quinhentos termos cobrindo todos os períodos e todos os domínios da história da França: esta poderia ser a primeira tentativa de indexação uniformizada nos arquivos franceses.

A informatização dos serviços de arquivo

Nestes últimos anos, a utilização da informática para a produção e a difusão de instrumentos de pesquisa desenvol-

veu-se largamente nos arquivos públicos franceses. Diferentes soluções foram adotadas pelos arquivos nacionais e territoriais: digitalização dos instrumentos de pesquisa inicialmente sobre o suporte papel, associada eventualmente ao reconhecimento ótico de caracteres, bases de dados documentais, aplicações integradas apresentando, simultaneamente, funcionalidades de gestão material e intelectual etc.

As primeiras bases de dados, *Minotaure*, base de escrituras notariais, e *Serac*, administração comunal no século XIX, foram realizadas nos Arquivos Nacionais nos anos de 1970, graças a softwares específicos. A partir de 1978, o software Mistral permitiu a constituição de duas bases destinadas a gerir importantes volumes de informação, *Léonore*, dossiês de membros da Legião de Honra,²² e *Arcade*, aquisição de obras de arte pelo Estado. A compra do software Texto proporcionou a proliferação de bases documentais aplicadas aos fundos fechados dos Arquivos Nacionais.²³ Em 1984, a aplicação *Priam 3* foi produzida em Fontainebleau, para responder à necessidade de tratar rapidamente e de localizar facilmente as transferências de arquivos contemporâneos dos ministérios.²⁴

Paralelamente, a circular de 1979 sobre o tratamento de documentos posteriores a 10 de julho de 1940 promoveu o desenvolvimento da informatização dos arquivos territoriais, com os softwares Arkhéia, Avenio, Clara, Gaïa ou Thot, “ferramentas integradas, constituídas de módulos, umas para a gestão material

(inventário topográfico/controle de depósito),²⁵ gestão de entradas, gestão de usuários, gestão de atendimento..., outras para a gestão intelectual (descrição, pesquisa)".²⁶ Em 2003, 77 departamentos em 96 da França metropolitana dispunham de um software de gestão integrada de arquivos. Os arquivos comunais parecem ser o segmento de mercado mais "promissor" em matéria de informatização.²⁷

De qualquer modo, essas práticas profissionais começaram antes da publicação da norma ISAD(G) e não realizaram a descrição em vários níveis, em razão das dificuldades técnicas de contextualização e de hierarquização da informação, assim como dos efeitos perversos de instrumentos reguladores, que promoveram uma perda do respeito aos fundos e à crença equivocada que a indexação seria suficiente para a descrição informatizada.

A prática de rede desenvolveu pouco a pouco a necessidade de normalização e padronização. Uma aceleração é verificada, desde o início dos anos de 1990, na informatização material (de gestão) dos serviços, e desde 1995 nas descrições (informática documental). A digitalização de fundos (estado civil, cadastro) desenvolveu-se depois de 1997. Assiste-se há cinco anos ao desenvolvimento de sítios na Internet (metade dos arquivos departamentais) e à criação de portais pela Direção dos Arquivos da França (*Archives Canada-France*). A normalização da descrição arquivística e a reflexão sobre os meios ofertados pelas

novas tecnologias estão, hoje em dia, no centro do debate profissional. "Nos arquivos públicos, a digitalização dos fundos patrimoniais, com o objetivo de torná-los acessíveis na Internet, é uma razão essencial que justifica uma informatização ou uma reinformatização".²⁸

Na França, a aplicação da ISAD(G), da ISAAR(CPF) e do EAD, em seguida a do EAC, far-se-á pela integração dessas normas aos softwares utilizados pelos serviços de arquivo para informatizar a descrição arquivística. O fato das ferramentas de produção direta de documentos XML/EAD serem ainda difíceis de apreender pode, com efeito, constituir um obstáculo ao desenvolvimento do EAD na rede. A necessidade de sensibilizar, no âmbito dos nossos arquivos, um pessoal heterogêneo, com qualificações muito diversas, pode constituir uma outra dificuldade. Também um estudo permanente é conduzido pela Direção dos Arquivos da França sobre as funcionalidades da descrição de documentos oferecidas por estes softwares em consonância com as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) e o DTD EAD.²⁹ O estudo visa, para cada software analisado, responder às seguintes questões: é possível, com o software, descrever os documentos de arquivo em conformidade com a norma ISAD(G) e os produtores de arquivos conforme a norma ISAAR(CPF)? Se sim, de que maneira deve-se utilizar o software para efetuar as descrições de acordo com essas normas? O software permite produzir, automaticamente, instrumentos de pesquisa em formato XML obedecendo ao DTD

EAD? É possível integrar no software documentos estruturados segundo o DTD EAD? Três são os objetivos desse estudo: fornecer uma informação precisa aos arquivos engajados na escolha de uma ferramenta; fornecer conselhos para a utilização de cada software; ajudar os editores que desejarem aumentar a conformidade de seu produto com as normas citadas.

A APLICAÇÃO DE NORMAS E ALGUNS EXEMPLOS DE REALIZAÇÕES

A pesar das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) e os DTD EAD e EAC serem razoavelmente conhecidos na França, graças, principalmente, às traduções que foram feitas e aos textos reguladores que asseguraram a difusão na rede de arquivos,³⁰ sua prática é desigual. Se a norma ISAD(G) é geralmente bem aplicada, em compensação os exemplos de arquivos que colocam on-line os instrumentos de pesquisa EAD são, no momento, relativamente limitados e as experiências de prática da ISAAR(CPF) e do EAC são ainda menos numerosas. Sem dúvida, isso é devido à dificuldade que os arquivistas franceses têm, ainda, de dar a mesma importância do conhecimento do produtor ao conhecimento dos próprios documentos e, também, ao fato do DTD EAC ainda não possuir uma versão oficial estável.

A descrição arquivística normalizada ISAD(G) e o EAD

Os arquivos franceses interessaram-se muito cedo pelo EAD, parte em virtude de sua compatibilidade com a ISAD(G), parte porque as recomendações governa-

mentais preconizavam a utilização da linguagem informática XML como formato de intercâmbio de documentos eletrônicos. Em 1999, testes de codificação de um repertório de um arquivo departamental foram financiados pelo Ministério da Cultura e da Comunicação (*Mission de la recherche et de la technologie*).³¹ Em 2001-2002, outros testes foram realizados, desta vez apoiados pela Gladys Kriebler Delmas Foundation, por intermédio do Research Library Group, com os instrumentos de pesquisa dos arquivos nacionais (Arquivo Nacional, em Paris, e Arquivo Nacional do Mundo do Trabalho,³² em Roubaix) e com o inventário do fundo da Abadia de Clairvaux, conservado no Arquivo Departamental de Aube.³³

Não obstante, oito anos depois dos primeiros testes de codificação, há que se constatar que a instalação de um padrão é ainda muito gradual, uma vez que o EAD supõe mudanças nos hábitos de trabalho e de vocabulário. A adequação dos instrumentos de pesquisa existentes com a ISAD(G) e a redação de instrumentos de pesquisa, respeitando o princípio da descrição em vários níveis, é um ponto de passagem obrigatório antes da aplicação do EAD. A isso se juntam os problemas ligados à coexistência de vários aplicativos informáticos e à necessidade de sensibilizar, no interior dos arquivos, um pessoal heterogêneo, com qualificações muito diversas. As soluções tomadas são muito variadas. A codificação a partir de um editor XML é praticada internamente nas grandes instituições (Arquivo Nacional, em Pa-

ris, Arquivo Nacional de Ultramar, em Aix-en-Provence).³⁴ Outros arquivos recorrem a prestadores de serviço externos. Enfim, as sociedades criadoras dos principais softwares para documentos utilizados nos arquivos começam a estudar e a instalar as funções de exportação automática de dados em XML, com resultados mais ou menos atingidos. Essa possibilidade de codificação automática deveria permitir o advento rápido de um número significativo de instrumentos de pesquisa codificados, considerando o número de arquivos que utilizam esses softwares e o número de instrumentos de pesquisa já processados (alguns desde 1992) ou já importados pelas bases que utilizam esses softwares.

A escolha do EAD como formato de codificação de descrições foi assumida pela Direção dos Arquivos da França em vários projetos colaborativos. Assim, o portal *Archives Canada-France*, mencionado antes, dá acesso a uma base de dados contendo 20 mil registros descritivos, estruturados em XML/EAD, documentos sobre o Canadá francês (séculos XVI-XVIII), extraídos de fundos franceses e canadenses, com as imagens de páginas de documentos. No início, a abordagem era aquela de uma base de dados documental. Os dados foram, de fato, exportados em XML/EAD a partir das bases existentes. Somente havia um nível de descrição, aquele do item.³⁵ Na interface de consulta atual, os registros descritivos dos documentos estão relacionados aos fundos por simples *links* HTML e os níveis de descrição intermediários não aparecem. Uma nova versão deveria realizar a descrição

em vários níveis, a fim de poder contextualizar uma unidade digitalizada quando de sua consulta. Essa evolução necessitou de um importante trabalho de normalização das descrições. As diferentes instituições participantes do projeto podem conservar, de fato, os fundos de mesma natureza para os quais seria essencial acordar o número de níveis de descrição e os elementos requeridos para descrever as diferentes unidades documentais. Por exemplo, os arquivos da Secretaria de Estado da Marinha e Colônias sob o Antigo Regime³⁶ acham-se repartidos entre o Arquivo Nacional, em Paris, e o Arquivo Nacional de Ultramar, em Aix-en-Provence. Os arquivos departamentais conservam, quanto a eles, fundos de almirantados, jurisdições especiais do Antigo Regime ou de arquivos notariais.

A base BORA, citada anteriormente, foi um dos primeiros exemplos de aplicação do EAD, ao menos para a categoria "Arquivos privados", on-line desde 2002, que é sempre alimentada, após validação, pelos arquivos transmitidos pelas instituições de conservação dessas fontes. A base compreende atualmente cerca de dez mil registros descritivos, estruturados em EAD 1.0, de fundos de origem privada, conservados em três arquivos nacionais e cerca de sessenta de serviços territoriais.

O módulo Arquivos fotográficos, acessível on-line desde novembro de 2006, é um exemplo interessante de adaptação de normas muito genéricas, como ISAD(G) e EAD, a documentos específicos. A história do projeto é, de fato, bas-

tante antiga. A Direção dos Arquivos da França tinha, com efeito, realizado, há alguns anos, uma enquete para o recenseamento de fontes fotográficas conservadas nos arquivos públicos. Essa pesquisa deu lugar a uma base de dados Filemaker pro 3.0, mas cuja difusão ficou relativamente limitada.

No quadro de projetos colocados à disposição do patrimônio fotográfico pelo Conselho Superior da Fotografia³⁷ e numa perspectiva de uma publicação da base no sítio da Direção dos Arquivos da França, foi decidido exportar em XML os dados segundo o DTD EAD 2002. Essa conversão em EAD foi precedida de um grande trabalho de normalização de descrições, em conformidade com a ISAD(G). Os termos que designam os suportes e os procedimentos fotográficos foram assim normalizados, de acordo com uma lista de autoridades elaborada para o projeto, com o objetivo de referenciar mais facilmente os documentos cuja conservação ou valorização mereça uma atenção particular. Os dados foram igualmente objeto de uma atualização sistemática antes de sua difusão na web. Essas atualizações teriam sido impossíveis sem as numerosas informações complementares fornecidas à equipe do projeto pelos responsáveis dos diferentes fundos conservados nos centros do Arquivo Nacional e nos arquivos departamentais e municipais.³⁸

Ainda que o Arquivo Nacional (em Paris) tenha sido uma das primeiras instituições a se interessar pelo EAD, somente uma vintena de instrumentos estruturados em XML são consultáveis na Internet. A esco-

lha das ferramentas de produção (editores XML exigindo um aprendizado suplementar), o fato também das operações de codificação terem se baseado nos instrumentos de pesquisa existentes, não respeitando sempre as regras da descrição hierarquizada, podem explicar a fraca utilização do EAD. Além disso, para chegar aos inventários detalhados, é preciso passar obrigatoriamente pelo quadro de arranjo, cujas subdivisões, estabelecidas no século XIX, em contradição ao respeito da proveniência, dispersam os fundos.³⁹ De qualquer modo, para certos períodos (Antigo Regime), é possível consultar um guia de orientação, reconstituindo intelectualmente fundos dispersos fisicamente, descrevendo-os com os elementos pertinentes da ISAD(G). Esse recurso poderia facilmente ser convertido em EAD.

O Guia de Fundos do Arquivo Nacional do Mundo do Trabalho (Roubaix)⁴⁰ apresenta-se como um conjunto de registros descrevendo os fundos, eventualmente seções,⁴¹ retomando os elementos da ISAD(G) (título, datas, nível de descrição, dimensões e suporte, nome do produtor se ele não estiver compreendido no título, procedência, condições de acesso e de reprodução, âmbito e conteúdo etc.). A partir do guia de fundos, é possível adicionar, a certos fundos, instrumentos de pesquisa detalhados, mais ou menos conformes à descrição em vários níveis. Como foi dito anteriormente, o guia de fundos foi objeto de testes de codificação em EAD em 2001-2002, mas a versão on-line do sítio de Roubaix, que comporta informações mais recentes, é simplesmente em HTML.

A aplicação do EAD foi, em compensação, sistematizada no Arquivo Nacional de Ultramar (Aix-en-Provence), com a aplicação IREL (*Instruments de recherche en ligne*).⁴² A ênfase foi colocada no guia de fundos, todos os fundos conservados em Aix sendo, ao menos, objeto de um registro descritivo conforme a ISAD(G), ao qual será juntado, posteriormente, o inventário detalhado. É, então, possível acessar seja o guia geral de fundos, seja os inventários detalhados e a várias bases de dados (base de imagens digitalizadas Ulysse, estado civil de franceses da Argélia etc.). O guia de fundos compreende um nível “mínimo” por fundo (nome do fundo, suas notações, suas datas), mas pode ir, em certos casos, até uma descrição da unidade documental (descrição de grupos de dossiês ou de dossiês individuais). Quando o internauta se acha em presença de um inventário detalhado, ele pode clicar nele: encontra-se, então, em um outro contexto (cores diferentes), que lhe permitem referenciar-se. O acesso às bases de dados se faz diretamente na parte “inventários detalhados”. Quando uma busca é efetuada, a exposição dos resultados, que é feita de maneira contextualizada, permite reposicionar cada unidade documental na hierarquia de diferentes níveis de descrição. A codificação em EAD foi inteiramente realizada pelo Arquivo para o guia de fundos. Para alguns inventários detalhados, o Arquivo Nacional de Ultramar recorreu a serviço de terceiros, mas a codificação foi revista internamente.

Entre os arquivos territoriais, convém citar o Arquivo Departamental de Puy-de-Dôme,⁴³ cujo sítio dá, hoje, acesso a 142 inventários EAD on-line, classificados sob as diferentes categorias do quadro de arranjo regulamentar utilizado nos arquivos departamentais franceses. Essa repartição dos fundos em função de um quadro de arranjo metódico foi conservada a fim de não desorientar os usuários de arquivos familiarizados com a terminologia arquivística. De qualquer forma, a fim de tornar esta partição do fundo mais compreensível para o público, os títulos das categorias ficaram mais explícitos. Como no exemplo do Arquivo Nacional de Ultramar, o internauta acessa dois tipos de instrumentos de pesquisa: o guia geral de fundos e inventários analíticos. Cada registro de descrição do guia de fundos comporta vários campos correspondentes aos elementos da ISAD(G). Esses registros podem conter um mínimo de informações para os fundos não arranjados. Em outros casos, um *link* permite acessar o inventário analítico, que é exposto em uma nova janela.

O Arquivo Departamental de Haute-Marne⁴⁴ acaba de colocar on-line mais de novecentos instrumentos de pesquisa XML/EAD, interrogáveis por múltiplos pontos e cobrindo a quase integralidade das coleções *haut-marnaises*, com um acesso distinto para as coleções especializadas (cadastro napoleônico, documentos iconográficos, estado civil etc.).⁴⁵ Uma página de abertura fornece uma visão geral dos fundos e coleções conservados no arquivo departamental,

tal como o quadro de arranjo os organiza. Optou-se por uma única janela para o resultado e para o contexto das unidades documentais pertinentes. Quando se clica sobre um resultado, acessa-se, numa nova janela, o instrumento de pesquisa detalhado correspondente. O sumário afixado na parte esquerda da tela pode ser desdobrado de acordo com a demanda. Os *links* permitem acessar os resultados precedentes ou seguintes. Como para o Arquivo Departamental de Puy-de-Dôme, as descrições XML/EAD foram produzidas para exportação automática a partir de um software documental, os dados sendo introduzidos numa estrutura de pesquisa, retomando os principais elementos da ISAD(G).

No quadro da criação de um pólo arquivístico em Bayonne, o Arquivo Departamental de Pyrénées-Atlantiques⁴⁶ lançou-se, a partir de 2003, num importante projeto de digitalização e de conversão retrospectiva de inventários em XML/EAD. Os documentos descritos nesses inventários eram, eles mesmos, objetos de digitalização. Essa operação, confiada a um prestador de serviço externo, necessitou, entretanto, de um grande trabalho retrospectivo. O conjunto dos instrumentos de pesquisa a converter era, com efeito, muito heterogêneo, tanto pela forma (inventários em papel, datilografados, impressos) quanto pela diversidade de práticas descritivas. O Arquivo teve que se pronunciar sobre certas escolhas em matéria de codificação, tais como a repartição entre vários arquivos EAD dos instrumentos de pesquisa des-

crevendo os grupos de fundos ou, ao contrário, a fusão dos inventários descrevendo as diferentes partes de um mesmo fundo, a qualificação dos níveis de descrição, os elementos de descrição minimamente exigidos etc.

Outros arquivos deverão, proximamente, colocar seus guias de fundos, ao qual serão associados, progressivamente, instrumentos de pesquisa detalhados. Assim, o Arquivo Departamental de Eure⁴⁷ partiu de um guia de orientação existente e se esforçou em tornar conformes, em relação à ISAD(G), os registros descritivos de fundos ou de partes de fundos. O registro mínimo de descrição corresponde aos elementos obrigatórios da ISAD(G). Clicando sobre um *link* hipertexto, acessam-se informações complementares, tais como o âmbito e conteúdo, os instrumentos de pesquisa associados, as condições de acesso etc. O Arquivo Departamental de Val-de-Marne⁴⁸ adotou uma apresentação metódica dos fundos por área de ação (administração geral, população etc.), por tipos de produtores (corte e jurisdições do Antigo Regime, tribunais de primeira instância, depois de instância superior etc.), por status jurídico (arquivos privados relacionados à cultura e ao patrimônio, arquivos privados de educação popular etc.) e por tipologias documentais (arquivos judiciais, fiscais, coleções de documentos isolados etc.). Quando uma pesquisa se efetuar, os resultados apresentar-se-ão em função do quadro de arranjo e por nível de descrição (fundo, seção, série orgânica, dossiê).⁴⁹

A descrição contextual normalizada, ISAAR(CPF) e EAC

Os exemplos de prática do EAC ainda são muito raros. Pode-se talvez citar o Arquivo Nacional (localizado em Paris), que oferece aos pesquisadores um instrumento de pesquisa que lhes permitem orientar-se pelas centenas de escrituras produzidas pelos notários parisienses a partir do século XV e conservados no *Minutier central*. ETANOT (ETAt des NOTaires parisiens)⁵⁰ é uma base de autoridades, descrevendo não os documentos de arquivos, mas os produtores de arquivos (notários parisienses do século XV aos nossos dias). Desde o início, ela foi concebida de acordo com a norma ISAAR(CPF). Os registros inseridos pelo *Minutier central* dos notários de Paris em uma base de dados documental (CINDOC) foram convertidos do formato texto estruturado para o formato XML, pelo programa XSL-T. Diversos tratamentos permitiram reestruturar os dados (por exemplo, segmentar o conteúdo dos campos Nome (do notário) em elementos Sobrenome, Prenome) e os enriquecer (criando elementos de indexação de períodos e regimes políticos). Os registros XML ficaram, em seguida, conforme à versão beta do DTD EAC. Além disso, um trabalho está em curso, para publicação na Internet, dos instrumentos de pesquisa do *Minutier central*, descrevendo os arquivos dos notários recenseados da base ETANOT, começando pelos repertórios (lista de atos) produzidos por esses notários. ETANOT insere-se, com efeito, num pro-

jeto mais geral, batizado NOEMI (NOTaires et Minutes), que deve ser, ao fim, um conjunto de bases de dados coordenados e acessíveis pela Internet, sob a forma de um portal. ETANOT é uma dessas bases, sendo, as outras:

- ETAREP (ETAt des REpertoires), que dá acesso à imagem digitalizada dos repertórios de notários conservados no *Minutier*. O trabalho de digitalização é concluído e a captura de registros em XML/EAD está em curso para os últimos estudos. Atualmente, as imagens de repertórios dos Estudos I a X e XVI a XVIII estão disponíveis pela Internet.⁵¹
- a base de guias digitais (atualmente denominada ETAMIN) que fornece, por estudo e por notário, o código dos maços e dos registros conservados no *Minutier*. Ela foi realizada em CINDOC, e uma versão em XML/EAD está sendo atualmente preparada.
- MINUTES que reagrupam as descrições de atos realizados no quadro de trabalho de filtragens parciais sobre temáticas particulares. Ela compreende, atualmente, 60 mil referências e não está ainda consultável, a não ser no *Minutier* em CINDOC.

No quadro da integração dos novos instrumentos de pesquisa no aplicativo IREL, uma reflexão acha-se em curso no Arquivo Nacional de Ultramar sobre a elaboração de listas de autoridade para nomes de pessoas, nomes de instituições, nomes de lugares e assuntos, e sobre o estabelecimento de registros de autoridade conforme a ISAAR(CPF) para cada

pessoa ou instituição citada nos diferentes instrumentos de pesquisa. Trata-se, com efeito, de estabelecer uma lógica de acesso comum aos diferentes instrumentos de pesquisa, para, mais eficazmente, guiar o internauta na sua pesquisa.

A aplicação *BORA Archives photographiques* dá acesso a alguns registros de autoridade estruturados em XML/EAC relativos a fotógrafos, ligados aos arquivos XML/EAD que descrevem as fontes fotográficas.

Enfim, nenhum software utilizado nos arquivos territoriais aplica, no momento, de maneira satisfatória, a norma ISAAR(CPF). Uma reflexão está, entretanto, em curso no Arquivo Departamental de Aube para a produção, com o software Thot, de registros de autoridade descrevendo as entidades coletivas produtoras no seu contexto hierárquico (administração ou coletividade de tutela, direção, instituição, seção, setor). Quanto à sociedade Di'X, editora do software Avenio, utilizado basicamente em arquivos comunais, ela empreendeu uma atualização da estrutura de apreensão das informações acerca dos órgãos recolhedores ou produtores para adaptá-la à norma ISAAR(CPF), mas, no momento, não é possível recuperar a descrição de pessoas físicas (depositários ou doadores de arquivos, por exemplo), nem de famílias.

As normas e formatos de codificação, fator de aproximação com outras especialidades

O ambiente digital, ao desmaterializar o documento, induz evoluções que são fa-

tores de aproximação com profissões/especialidades essencialmente diferentes. Outras comunidades patrimoniais podem ter necessidade de normas e formatos de intercâmbio dos arquivistas. Por isso, recentemente, têm-se desenvolvido relações mais e mais estreitas com outras profissões aparentadas, sobretudo com os bibliotecários. Assim, os mesmos grupos de normalização foram criados no âmbito da Association Française de Normalisation⁵² (AFNOR). Por exemplo, a adoção do EAD nos arquivos e em certas bibliotecas francesas conduziu o grupo de especialistas da AFNOR, comandado pela Biblioteca Nacional da França,⁵³ a se interessar pelo tratamento de autoridades e a se perguntar em que o EAC poderia definir um tratamento de dados de autoridade diferente daquele praticado tradicionalmente dentro das bibliotecas.⁵⁴

Mesmo se os resultados não são ainda visíveis na Internet, vários projetos em curso nas bibliotecas utilizam o EAD. Um primeiro projeto diz respeito ao *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques françaises* (CGMBPF),⁵⁵ catálogo coletivo sempre em curso, cujo primeiro volume apareceu em 1849. Os objetivos visam informatizar o catálogo para poder colocá-lo on-line, mas também corrigir e reunir os acréscimos aos fundos descritos. Esse projeto poderia igualmente servir de alavanca para outros catálogos, na Biblioteca Nacional da França (BnF) e em outras bibliotecas. A primeira etapa do projeto, a saber, a digitalização de volumes e sua restituição em modo texto, foi concluída e validada no final de 2005. A segunda eta-

pa, o tratamento das tabelas de codificação, continua em curso. Esta etapa foi dividida em dois lotes, para as principais bibliotecas do Ministério da Cultura e aquelas ligadas ao ensino superior. A escolha do limite para o primeiro lote é aquela de um balizamento relativamente simples e homogêneo quanto à estrutura (hierarquia de registros e de fundos), aos elementos capturados para a descrição (título, conteúdo, data, descrição física) e ao índice global. Essa escolha se explica pelo grande número de instituições, muitas das quais não podiam realizar investimentos diretamente. Para o segundo lote, decidiu-se realizar tratamentos suplementares para verificar e corrigir a estrutura do catálogo (em particular a hierarquia do fundo e dos registros), para o refinar (caracterizar as entradas dos índices para tornar autores, assuntos e títulos em pontos de acesso diferenciados), e substituir os balizamentos “gerais” por balizamentos mais precisos em relação às proveniências e às descrições físicas. O acesso far-se-á via o *Catalogue collectif de France*.⁵⁶ Os arquivos XML/EAD serão alocados em dois servidores diferentes (Biblioteca Nacional da França e Agência Bibliográfica do Ensino Superior),⁵⁷ mas uma interface única permitirá pesquisá-los de maneira transparente. Uma reflexão está sendo igualmente conduzida sobre o trabalho de atualização e produção de novos registros.

Na Biblioteca Nacional da França, a decisão de codificar os catálogos que descrevem os manuscritos antigos e contemporâneos remonta a 2002. Os projetos em curso são, por sua vez, projetos de con-

versão retrospectiva e de codificação corrente. A BnF orientou-se em direção à solução de elaborar uma ferramenta de catalogação e de publicação de instrumentos de pesquisa em EAD. Paralelamente, um guia de utilização do EAD na instituição foi elaborado pela Agência Bibliográfica Nacional.⁵⁸ Cursos foram organizados, permitindo assim testar as instruções do guia e as fazer evoluir.

O IMPACTO DAS FERRAMENTAS NORMATIVAS SOBRE AS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

É difícil medir o conjunto de impactos do EAD e do EAC sobre as práticas profissionais francesas, uma vez que a utilização dessas normas acha-se, em vários casos, ainda em fase experimental. Projetos importantes de conversão retrospectiva em EAD têm sido objeto de uma subcontratação por sociedades especializadas, com créditos específicos. A utilização do EAD é ainda freqüentemente realizada por algumas pessoas numa instituição. Entretanto, alguns elementos de reflexão podem ser extraídos com essas experiências.

A aprendizagem dos DTD EAD e EAC, que facilita o conhecimento da ISAD(G) e da ISAAR(CPF), é uma preâmbulo indispensável para colocar em prática essas duas normas. Assim, cursos foram organizados no Arquivo Departamental de Pyrénées-Atlantiques,⁵⁹ onde, internamente, foi criado um grupo de trabalho para fornecer as especificações ao prestador de serviço encarregado da estruturação, em EAD, de antigos instrumentos de pesquisa.

A estruturação com o EAD e o EAC exige um grande rigor na descrição arquivística. Ora, a normalização é um imperativo que não está sempre integrada às práticas do cotidiano.

Os problemas encontrados nos projetos de conversão retrospectiva demandam adaptações técnicas (digitalização de documentos impressos, reconhecimento óptico de caracteres ou apreensão manual, se a qualidade dos documentos originais é muito ruim...), mas, também, uma retomada da análise arquivística para torná-la mais coerente e de acordo com os padrões de descrição atuais.

A colocação em prática das novas normas esbarra, com frequência, nos limites financeiros e técnicos das instituições. Além disso, profissionais de informática, de arquivos e de bibliotecas devem aprender a trabalhar juntos para realizar verdadeiros projetos coletivos. Essas são, sobretudo, escolhas estratégicas a longo prazo que os responsáveis das instituições são levados a tomar, adotando o EAD. Trata-se, fundamentalmente, de determinar quais fundos codificar prioritariamente, em função das necessidades do público e dos meios de que se dispõe.

Uma especificidade francesa é o desenvolvimento de soluções originais, livres e proprietárias, para a publicação de documentos codificados na web. Seria ilusório pensar que uma única ferramenta pudesse fazer tudo, desde a concepção do instrumento de pesquisa até a sua publicação na Internet, com risco de terminar com soluções proprietárias. Por outro lado, é necessário pensar soluções

visando à compatibilidade de diferentes ferramentas de produção e de difusão de instrumentos de pesquisa, bem como suas atualizações, na medida em que nenhum instrumento de pesquisa pode ser considerado definitivo.

O respeito às normas e padrões é a condição *sine qua non* para partilhar os recursos e a interoperabilidade de dados. Trata-se, hoje, de elaborar instrumentos de pesquisa coerentes, ultrapassando a simples descrição de seus próprios fundos. As novas ferramentas permitem a constituição de vastas reservas de informação, coordenando as práticas de diferentes instituições culturais a serviço de novos usos. Por exemplo, um portal de patrimônios na região de Aquitaine, cujo desenvolvimento acha-se em curso,⁶⁰ deve articular sítios já existentes, tendo cada um sua própria estrutura, linguagens específicas, que devem guardar toda a especificidade. O objetivo é oferecer um ponto de acesso homogêneo a recursos heterogêneos (arquivos, fotografias, documentos etc.). O formato *Dublin Core* foi escolhido como base mínima desse dispositivo técnico.

Enfim, as diferentes experiências em curso no Arquivo Nacional ou em arquivos territoriais para a publicação na Internet de conjuntos orgânicos completos de documentos de arquivos digitalizados mostraram que relacionar, informaticamente, os instrumentos de pesquisa com os documentos que eles descrevem tinha conseqüências para o conteúdo das descrições documentais. É provável que, preparando esse relacionamento, o arquivista

ressinta-se da necessidade de afinar o instrumento de pesquisa para tornar mais cômoda a visualização ou o folheio de imagens digitalizadas. Além disso, se o substituto digitalizado do documento primário é visualizado na tela ao mesmo tempo que sua descrição, será talvez necessário modificar esta descrição, verificá-la e completá-la com informações sobre o suporte e o formato do documento original ou com elementos de indexação. Quanto aos novos processos de descrição cooperativa, dando aos internautas o meio técnico de enriquecer a descrição feita pelo arquivista, eles verão, sem dúvida, em certos casos, o instrumento de pesquisa evoluir continuamente após a sua publicação. Várias realizações, concebidas segundo essa abordagem, existem já ou estão em curso de realização, a partir de bases de dados documentais (Arquivo Departamental de Yvelines, Arquivo Departamental de Mayenne, Arquivo Municipal de Rennes).⁶¹

A normalização da descrição arquivística permitiu, na França como em todo lugar, revalorizar os princípios fundamentais da arquivologia que os primeiros anos de informática documental fizeram talvez esquecer. Nos anos de 1980, arquivistas franceses acreditaram, de fato, que uma simples indexação “documental” poderia substituir a clássica análise arquivística e que o cruzamento de informações descritivas, operado pela informática, permitiria remediar a ausência do arranjo. A norma ISAD(G) e em seguida o EAD fizeram lembrar, com muita oportunidade,

a validade dos princípios tradicionais da arquivologia, tudo permitindo responder às novas necessidades do público.

De qualquer modo, o respeito formal às normas e aos formatos de intercâmbio não garantiu por si só a qualidade das descrições arquivísticas. Por certo, as normas ISAD(G) e ISAAR(CPF) e suas declinações sob a forma de DTD oferecem, por sua vez, um quadro bem concebido para a estrutura de informações e possibilidades de interrogação ampliada e de troca de registros descritivos, mas a descrição – operação intelectual – não pode se reduzir a uma simples técnica. Não é suficiente que um software documental ofereça uma estrutura de análise com 26 elementos e cinco ou seis níveis de descrição. De fato, são as informações que o arquivista vai colocar em cada nível e em cada elemento que importam e isto provoca uma ação científica que não é garantia de normalização. É por isso que o estudo da Direção dos Arquivos da França sobre as funcionalidades documentárias de softwares visa dar orientações sobre a melhor maneira de utilizar esses softwares para alcançar descrições conforme as normas.

Além disso, difundindo na Internet seus instrumentos de pesquisa, as instituições de conservação permitem a um público mais amplo acessar a descrição de seus fundos e de suas coleções de manuscritos. Ora, a maior parte dos internautas é pouco familiarizada com a terminologia arquivística e a estrutura de inventários e catálogos. Os profissionais estão interessados, até o momento, na estruturação de

conteúdos, mas não na homogeneização de sua exibição na Internet; daí uma grande disparidade de apresentação de instrumentos de pesquisa, em alguns sítios dos arquivos nacionais ou territoriais franceses que utilizam o EAD. Uma maior atenção dada aos usuários, com as facilidades oferecidas para consulta e busca de instrumentos de pesquisa, estará, sem dúvida, no centro das preocupações das próximas experiências de aplicação das normas e formatos de codificação.

Enfim, além da descrição de documentos, começa-se a considerar a integração e a consulta de objetos digitalizados. A Direção dos Arquivos da França e a Direção Geral para a Modernização do Estado⁶² elaboraram um padrão de intercâmbio

visando descrever um conjunto de metadados e colocá-lo em prática para permitir a transferência de arquivos eletrônicos de um órgão que efetue recolhimento a um arquivo, com as informações necessárias à sua preservação e a comunicação desses arquivos ao órgão transferidor e ao público.⁶³ O padrão obedece especialmente à norma ISAD(G), de onde são extraídos os campos e a estrutura necessária à descrição dos documentos intercambiados, e se o DTD EAD não foi integrado tal qual no padrão, ao menos sua estrutura foi mantida.

Do original *La description archivistique en France, entre normes et pratiques*. Traduzido do francês por Silvia de Moura.

N O T A S

1. Nota da tradutora: No original, "*direction des Archives de France*", doravante referida como Direção dos Arquivos da França.
2. Nota da tradutora: Em inglês, *Extensible Markup Language*.
3. Nota da tradutora: Em inglês, *Document Type Definition*.
4. Nota da tradutora: Em inglês, *Encoded Archival Description*.
5. Nota da tradutora: Em inglês, *Encoded Archival Context*.
6. Nota da tradutora: No original, "*Archives de France*", doravante Arquivos da França.
7. NOUGARET, Christine; GALLAND, Bruno. *Les instruments de recherche dans les archives*. Paris: La Documentation Française, 1999. 259 p.
8. O portal *Archives Canada-France* dá acesso a uma exposição virtual e a uma base de dados que compreende as descrições de documentos conservados na França (Archives nationales à Paris, Archives nationales d'Outre-mer à Aix-en-Provence, Archives Départementales de Charente-Maritime etc.) e no Canadá (Bibliothèque et Archives Canada, Bibliothèque et Archives nationales du Québec), disponível em <http://bd.archivescanadafrance.org/acf/>
9. SIBILLE, Claire (coord.). *Guide des sources de la traite négrière, de l'esclavage et de leurs abolitions*. Paris: La Documentation Française, 2007. 625 p.
10. Nota da tradutora: No original, "*sous-fonds*".
11. Nota da tradutora: No original, "*pièce*".

12. Nota da tradutora: No original, "*analyse*".
13. As regras de redação e de pontuação da análise arquivística foram definidas no artigo básico de: NAUD, Christiane; NAUD, Gérard. L'analyse des archives administratives contemporaines. *La Gazette des archives*, 1981, p. 216-235. Ver, mais recentemente, o artigo de: DOOM, Vincent. Description et analyses archivistiques ou la nécessité d'une normalisation. *La Gazette des archives*, n. 182-183, 1998, p. 232-246.
14. Nota da tradutora: No original, "*intitulé*".
15. Nota da tradutora: No original, "*fonds, sous-fonds, séries*".
16. Nota da tradutora: No original, "*fonds e sous-fonds*".
17. Nota da tradutora: No original, "*présentation du contenu*".
18. Nota da tradutora: No original, "*à noter*".
19. *Thesaurus W, vocabulaire normalisé pour la description et l'indexation des archives administratives locales contemporaines*, 3. ed., Paris, 1997. Uma atualização de 2000 substituindo especialmente as listas de autoridades «mots-outils (palavras-chave)» e «tipologia» peut être consultée à: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr>. Rubrica Descrição arquivística (Description archivistique) / Normas (Normes).
20. A base BORA compreende, atualmente, dois módulos, *Archives privées* (Arquivos privados) e *Archives photographiques* (Arquivos fotográficos), disponíveis no site da Direction des Archives de France: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr> Rubrica *Ressources en ligne / bases de données* (Recursos on-line /bases de dados).
21. Para saber mais sobre o banco de imagens digitalizadas *Archim*, ver: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/> Rubrica *Instruments de recherche et bases de données* (Instrumentos de pesquisa e bases de dados).
22. Nota da tradutora: No original, "*Légion d'honneur*".
23. Contabilizamos 52 aplicações distintas no Arquivo Nacional, em 1987.
24. Em 2003, Priam 3 continha 13.500 registros, correspondendo aos sumários das transferências/recolhimentos efetuados pelas administrações centrais do Estado, de 1969 a 1998. Priam 3 está disponível em: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/cac/fr/index.html>
25. Nota da tradutora: No original, "*récolement*".
26. DHÉRENT, Catherine. La création de documents structurés pour communiquer et conserver: le modèle de l'information archivistique. *Information numérique: actes du 19^e Congrès IDT/Net*, Palais des Congrès, Paris, 4-5-6 juin 2002. Paris: Ditinto éditeur, 2002, p. 96.
27. MARTIN, Philippe. Évolution récente des logiciels de gestion intégrée d'archives: un aperçu. *Documentaliste – Sciences de l'information*, v. 40, n. 3, 2003.
28. Idem. Nota da tradutora: no original, "*Dans les services publics d'archives, la numérisation des fonds patrimoniaux, dans le but de les rendre accessibles sur Internet, est une raison essentielle qui justifie une informatisation ou une réinformatisation*".
29. Reportar-se à nota de informação DITN/RES/2006/004, de 26 de junho de 2006, e ao estado de avanço de estudo sobre o sítio da Direção: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr> Rubrica *Informatisation des services* (Informatização de serviços).
30. Uma tradução dos dicionários das balizas EAD e EAC assim como um manual de codificação EAD estão disponíveis em <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr> Rubrica *Archivistique / Description archivistique / Informatisation de la description archivistique: la DTD EAD et Informatisation des noms de personnes, familles et collectivités: la DTD EAC*. (Nota da tradutora: Arquivologia / Descrição arquivística / Informatização da descrição arquivística: a DTD EAD e informatização dos nomes de pessoas, famílias e entidades coletivas: a DTD EAC).
31. Nota da tradutora: Missão da pesquisa e da tecnologia.
32. Nota da tradutora: No original, "*Archives nationales du monde du travail*".
33. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales de l'Aube*". Nota original: Versões estatísticas em HTML destes instrumentos de pesquisa codificados em EAD são visíveis em <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/chan/chan/infopro/infopro.htm>
34. Nota da tradutora: No original, "*Archives nationales à Paris*" e "*Archives nationales d'outre-mer en Aix-en-Provence*".

35. Nota da tradutora: No original, "*pièce*".
36. Nota da tradutora: No original, "*secrétariat d'État à la Marine et aux colonies sous l'Ancien Régime*".
37. Nota da tradutora: No original, "*Conseil supérieur de la photographie*".
38. São consultáveis atualmente, on-line, 1.580 registros descrevendo fundos e coleções conservados em 110 serviços de arquivos nacionais e territoriais. Ver igualmente a apresentação da base no boletim francófono n. 27 de EAD: <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/dafbulead27.htm>
39. Ver: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/chan/> Rubrique Instruments de recherche et bases de données.
40. Ver: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/camt/> Rubriques État général des fonds et Inventaires en ligne.
41. Nota da tradutora: No original, "*sous-fonds*".
42. A aplicação IREL é consultável em <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/caom/fr/>
43. O *État des fonds* e os instrumentos de pesquisa detalhados do Arquivo de Puy-de-Dôme são consultáveis em <http://www.archivesdepartementales.puydedome.com/> Rubrica <*Les collections*>. Um acesso diferenciado está previsto para o estado civil e os arquivos notariais.
44. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales de la Haute-Marne*".
45. Para saber mais sobre este novo sítio, acesse <http://www.haute-marne.fr/archives>
46. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques*".
47. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales de l'Eure*".
48. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales du Val-de-Marne*".
49. Nota da tradutora: No original, "*fonds, sous-fonds, série organique, dossier*".
50. A base ETANOT acha-se disponível em <http://chan.archivesnationales.culture.gouv.fr/sdx/etanot/index.xsp>
51. Para saber mais: <http://chan.archivesnationales.culture.gouv.fr/sdx/pl/>
52. Nota da tradutora: No original, "*Association française de normalisation*".
53. Nota da tradutora: No original, "*Bibliothèque nationale de France*".
54. BOURDON (Françoise). A propos de la traduction en français de la DTD EAC: réflexions sur l'interopérabilité en matière de données d'autorité. Journées européennes sur les DTD EAD et EAC (7-8 octobre 2004). *Bulletin d'information francophone sur l'EAD*, n. 18, disponível em <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/dafbulead18.htm>
55. Nota da tradutora: Catálogo geral de manuscritos de bibliotecas públicas francesas.
56. Nota da tradutora: Catálogo coletivo da França.
57. Nota da tradutora: No original, "*Agence bibliographique de l'enseignement supérieur*".
58. Nota da tradutora: No original, "*Agence bibliographique nationale*".
59. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales des Pyrénées-Atlantiques*".
60. Para: <http://tic.aquitaine.fr/-Portail-du-savoir-.html>
61. Nota da tradutora: No original, "*Archives départementales des Yvelines et de la Mayenne, Archives municipales de Rennes*".
62. Nota da tradutora: No original, "*direction générale pour la modernisation de l'État*".
63. Este padrão de intercâmbio está em curso de normalização, em nível internacional, no quadro da UN/CEFACT (United Nations Centre for Trade Facilitation and Electronic Business – <http://www.unece.org/cefact/>), um organismo das Nações Unidas cuidando da normalização de intercâmbio eletrônico de dados. A documentação pública relativa ao projeto está disponível em <http://www.uncefactforum.org/TBG/TBG19/tbg19.htm>